



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**04/08/2017**

# INDICE

---

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. ESMAM.....	1 - 2
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. ESMAM.....	3 - 4
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. PUBLICIDADE LEGAL.....	5
4. JORNAL O PROGRESSO	
4.1. DECISÕES.....	6 - 7
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. DECISÕES.....	8
5.2. ESMAM.....	9

**EM SEMINÁRIO**

# Governador apresenta programas e investimentos da Saúde no MA



## ➤ ABERTURA DE SEMINÁRIO

# Governador apresenta programas e investimentos da Saúde no Maranhão



### Governador participou da abertura do Seminário

A convite da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam), o governador Flávio Dino realizou a palestra de abertura do I Seminário de Políticas Públicas de Saúde, na noite de quarta-feira (2). No evento, que segue até sexta-feira (4), tratando sobre a presença do Poder Judiciário no cotidiano da gestão de saúde, o governador apresentou como tem sido desenvolvidas as ações, programas e serviços na rede estadual de saúde, relatando avanços e desafios encontrados.

Para Flávio Dino, este diálogo promovido pela esfera judiciária é fundamental para encontrar, de forma compartilhada, soluções para problemas historicamente enfrentados, em todo país, na prestação de serviços de saúde e melhorar ainda mais oferta.

“Num sistema democrático, o diálogo é fundamental. A Constituição determina a existência de três poderes, que são independentes, porém harmônico, buscando uma ação convergente presidida pelo interesse público e pela concretização dos direitos das pessoas. Na saúde, que é fundamental a todos, temos feito um esforço significativo nessa quadra de dificuldades que o país atravessa para ampliar os serviços de saúde. E nosso objetivo é que o judiciário acompanhe esse esforço e nos ajude para que possamos mobilizar cada vez mais recursos para essa tarefa e para que haja uma maior eficiência”, pontuou o governador Flávio Dino.

Ele apresentou a uma plateia de magistrados, procuradores de Justiça e promotores, defensores públi-

cos e demais servidores da Justiça, como foi encontrada a prestação de serviço no Maranhão, ainda no início da gestão, cada passo dado para organizar a situação, os desafios que ainda precisam ser enfrentados e as principais ações do Governo na área, como entrega e manutenção dos hospitais Macroregionais, o suporte à saúde dos municípios com entrega de ambulâncias e repasses às Prefeituras, o programa pioneiro e de referência Ninar, de atendimento às crianças com microcefalia, e, ainda, o trabalho preventivo e necessário da Força Estadual de Saúde.

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Cleones Carvalho Cunha, agradeceu a presença do governador e destacou a importância do diálogo para evitar a judicialização da

saúde. “A saúde é um direito fundamental do cidadão, que o poder Executivo tem que garantir, seja nas esferas federal, estadual ou municipal. E quando o cidadão não recebe isso diretamente, recorre ao Judiciário e nós temos, então, a judicialização da saúde. Aqui nós vamos discutir meios tanto para atender a necessidade do cidadão, como também para verificar os custos do Estado para garantia desse direito”, pontua o presidente, considerando importante o momento para que o Judiciário apresente o que considera fundamental sobre os serviços de saúde do Maranhão e do Brasil.

O juiz titular da primeira Vara de Interesses Coletivos e Difusos, Douglas de Melo Martins, acredita que o Seminário é muito oportuno para ajudar o Judiciário a encontrar melhores respostas a quem o procura para resolver pendências na saúde e destaca a relevância da participação do chefe do Executivo Estadual num evento que tem essa proposta: “A presença do governador é muito importante porque representa o Governo também vindo para essa discussão. Não é algo que o poder Judiciário precise resolver sozinho. É preciso que todos os pontos de vista sejam expostos e nós consigamos encontrar soluções que, de alguma maneira, respeitem as competências de cada um. Quando o governador do Estado comparece a um evento como este revela a sua vontade para que o problema seja resolvido”.

# Judicialização de questões médicas é discutida em SL

Seminário debate a crescente demanda dos litígios por assistência em saúde no Maranhão; evento, promovido pela Esmam, será encerrado hoje

**S**oluções técnicas para lidar com a judicialização de questões médicas e frear a crescente demanda dos litígios por assistência em saúde no Maranhão estão sendo discutidos no I Seminário de Políticas Públicas de Saúde, promovido pela Escola Superior da Magistratura (Esmam), na Associação dos Magistrados.

O evento, que segue até hoje, reúne juízes das esferas federal e estadual, membros do Ministério Público e Defensoria, médicos e representantes do Poder Executivo, além de servidores da justiça estadual.

Ao abrir o seminário, o desembargador Paulo Velten, diretor da escola da magistratura, ressaltou que é fundamental que os magistrados conheçam e discutam sobre os impactos das decisões judiciais sobre os serviços do Estado, e discutam soluções com os outros atores do sistema de saúde.

“Sabemos que a judicialização da vida, não só da saúde, está instalada. Então, como intervir para garantir a tutela de direito, sem agravar o sistema, diante da dificuldade do Executivo em gerir as políticas públicas em todo o país?”, questionou. “A magistratura, portanto, precisa debater de forma ampla e interdisciplinar, buscando uma reserva de consistência para intervir nessas questões”, acrescentou.

### Diálogo

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Cleones Cunha, des-



A enfermeira Edith Maria Ramos proferiu palestra durante o evento

tacou a importância do diálogo para evitar a judicialização da saúde. “A saúde é um direito fundamental do cidadão, que o Poder Executivo tem que garantir, seja nas esferas federal, estadual ou municipal. E quando o cidadão não recebe isso diretamente, recorre ao Judiciário, e nós temos, então, a judicialização da saúde. Aqui nós vamos discutir meios tanto para atender a necessidade do cidadão, como também para verificar os custos do Estado para garantia desse direito”, frisou.

Participantes do seminário destacaram a iniciativa da Esmam em promover o debate amplo e interdisciplinar do tema. “Nós necessitamos de ferramentas técnicas que nos norteiem para julgar de maneira mais segura e qualificada as ações de saúde que tramitam na justiça. Essas questões não preocupam só magis-

trados, precisamos interagir com o sistema”, afirmou o juiz federal Lino Oswaldo Sousa Segundo, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

### Painéis

Na manhã de quarta-feira, o secretário de Estado da Saúde, Carlos Eduardo de Oliveira Lula, abriu os trabalhos do seminário com o painel “Impactos das decisões judiciais na política pública de saúde”, no qual tratou sobre os reflexos orçamentários e sociais causados pelas intervenções da justiça para garantir a tutela do direito à saúde no Maranhão e as ações desenvolvidas para estimular a mediação e conciliação desses conflitos.

Em seguida, o desembargador do TJMA, João Santana, membro do comitê estadual de saúde, falou sobre a composição do

“A saúde é um direito fundamental do cidadão, que o Poder Executivo tem que garantir, seja nas esferas federal, estadual ou municipal. E quando o cidadão não recebe isso diretamente, recorre ao Judiciário e nós temos, então, a judicialização da saúde”

**CLEONES CUNHA**  
 Presidente do TJMA

órgão, instituído pelo Conselho Nacional de Saúde e organizado pelos tribunais estaduais para criar mecanismos de contenção da judicialização no setor.

A enfermeira Edith Maria Barbosa Ramos, presidente da Comissão de Bioética e Biodireito do Conselho Seccional da OAB/MA, proferiu a palestra “O Conselho Nacional de Justiça, o Fórum da Saúde e o Excesso de Judicialização”, tratando sobre o fórum criado pela Resolução 107/2010 do CNJ, com o objetivo de equacionar as demandas relacionadas a estados e municípios. ●



**ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**AVISO DE REABERTURA DE PRAZO  
Pregão Eletrônico (SRP) nº 47/2017  
Processo nº 7197/2016**

**Objeto:** Contratação de livreria ou distribuidor especializado para fornecimento de livros/publicações que irão compor o acervo da Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão; **Nova Data de Abertura da Licitação:** 18/08/2017, às 10:00 horas (horário de Brasília); **Local:** Site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br); **Justificativa:** Alteração do instrumento convocatório; **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. **CEP:** 65.010-190; **E-mail:** [colicitacao@tjma.jus.br](mailto:colicitacao@tjma.jus.br). **Fone:** 98 3261 6181.

São Luís/MA, 03 de agosto de 2017. **André de Sousa Moreno** - Pregociro TJMA.

## Cutrim chama atenção para a competência das instituições e fala de ditadura judicial

O deputado Raimundo Cutrim (PCdoB) chamou a atenção, na sessão dessa quinta-feira (3), para a competência das instituições no país e falou de ditadura judicial, ao tratar dos últimos episódios envolvendo o pedido de prisão do senador tucano Aécio Neves. Analisou primeiro o arquivamento da denúncia de corrupção passiva contra o presidente Michel Temer (PMDB), na Câmara Federal, que classificou de assunto complexo.

O parlamentar criticou duramente Temer, por propor a reforma da Previdência, que chamou de crime porque a população sonha com a aposentadoria, mas de repente perde os direitos adquiridos. “Realmente é um assunto difícil, mas acho que o Congresso tem que rever essa situação que vai atingir realmente todo o povo de um País”, lamentou.

Em seguida, tratou do novo pedido de prisão feito pelo procurador-geral da República contra Aécio Neves. Cutrim disse que não

conhece Aécio nem tem nenhuma aproximação com ele, “mas o procurador geral pedir a prisão de um senador é querer brincar com a inteligência do povo brasileiro e com a Constituição, no artigo 53 é bem claro, membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante”.

Cutrim afirmou que o procurador não pode brincar com a Constituição do Brasil. “Quer jogar para a plateia, mas vamos jogar com o Direito, em busca da aplicação da lei correta. Aqui no Maranhão, vamos dar um exemplo. Ouvi por meio da imprensa um membro do Ministério Público, do 1º grau, pedir a quebra de sigilo de uma desembargadora. A que ponto se chegou! E não vejo a associação do Poder Judiciário tomar uma posição”, contou.

Raimundo Cutrim enfatizou que não está se querendo dizer que o membro do 2º grau tem razão, mas é preciso ter respeito à prerrogativa de foro. *(Waldemar Ter/ Agência Assembleia)*

## DANOS MORAIS

# Empresas aéreas são condenadas a indenizar passageiros

Ribamar Pinheiro



**Desembargador Marcelino Everton foi o relator dos dois processos**

A TAM (atualmente Latam) e a VRG (Gol) foram condenadas a indenizar passageiros maranhenses em dois processos distintos julgados pela 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). Em ambos os casos, os magistrados consideraram que houve falha na prestação de serviços ao consumidor.

No caso envolvendo a VRG (Gol), a empresa foi condenada a pagar R\$ 10 mil, a título de danos morais, com juros e correção monetária, a uma passageira que retornava de Montevideu, no Uruguai, e pretendia permanecer em São Paulo por uns dias, antes de voltar a São Luís.

A autora da ação disse que, ao chegar ao aeroporto de Guarulhos, foi informada de que sua mãe estava doente e, assim, decidiu interromper a viagem de férias. Contou que, no mesmo dia, em 19 de outubro de 2014, pagou R\$ 1.211,92 por uma passagem para a capital maranhense, com conexão em Brasília.

A passageira alegou que a empresa não disponibilizou o voo de Brasília para São Luís, obrigando-a a permanecer no aeroporto durante a noite e a madrugada, sem quaisquer

assistência, acomodação, transporte e alimentação. Disse que, às 6h, foi levada para um quarto de hotel, que teve que dividir com mais duas pessoas que lhe eram estranhas. Contou que embarcou somente às 12h30 do dia 20.

O Juízo de primeira instância condenou a empresa aérea, que recorreu ao TJMA, pedindo a improcedência da ação original e, como alternativa, a redução dos danos morais.

O desembargador Marcelino Everton (relator) entendeu que não houve apenas mero aborrecimento no caso. Considerou que a passageira sofreu sério abalo moral, em razão da enfermidade da mãe.

TAM - Em relação à TAM, a condenação foi de pagamento de R\$ 630,12, por danos materiais, além de R\$ 5 mil, por danos morais, a um passageiro que precisou cancelar uma viagem Imperatriz/Belo Horizonte/Imperatriz, por motivo de trabalho, e procurou a empresa, 20 dias antes da partida.

Ele contou que, após muita insistência, cadastrou o pedido de reembolso dos valores pagos, que não foram creditados na data acordada, ra-

zão pela qual se dirigiu várias vezes ao estabelecimento da empresa, em busca de informações, e disse que teria recebido dos funcionários informações vazias sobre o reembolso.

A empresa foi condenada em primeira instância e recorreu ao Tribunal, alegando ausência de conduta ilícita e inexistência de danos morais. Pediu improcedência da ação ou, alternativamente, redução da indenização.

O desembargador Marcelino Everton, também relator dessa ação, disse ser evidente que a relação jurídica entre as partes é de consu-

mo. Afirmou que, por essa razão, caberia à empresa o dever de informar seus consumidores, com precisão, sobre todos os aspectos que tratam da compra de passagens aéreas, em observância à norma do Código de Defesa do Consumidor.

Em ambos os processos, o relator manteve a sentença de base. O desembargador Jorge Rachid e a juíza Maricélia Costa Gonçalves (convocada para compor quórum) acompanharam o entendimento de Marcelino Everton. (Protocolo nº 29459-2016 – São Luís / Protocolo nº 45386-2016 – Imperatriz). (Asscom TJMA)

## **Empresas aéreas são condenadas a indenizar passageiros**

A Latam e a Gol foram condenadas a indenizar passageiros maranhenses em dois processos distintos julgados pela 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). Em ambos os casos, os magistrados consideraram que houve falha na prestação de serviços ao consumidor.

No caso envolvendo a Gol, a empresa foi condenada a pagar R\$ 10 mil, a título de danos morais, com juros e correção monetária a uma por que a empresa não disponibilizou voo de Brasília para São Luís, obrigando-a a permanecer no aeroporto durante toda uma noite e madrugada sem quaisquer assistência, acomodação, transporte e alimentação. Ela ainda foi levada às 6h do outro dia para um quarto de hotel, que

teve que dividir com mais duas pessoas que lhe eram estranhas e embarcou somente às 12h30 do dia 20.

Em relação à TAM, a condenação foi de pagamento de R\$ 630,12, por danos materiais, além de R\$ 5 mil, por danos morais, a um passageiro que precisou cancelar uma viagem Imperatriz/Belo Horizonte/Imperatriz, por motivo de trabalho, e procurou a empresa, 20 dias antes da partida. Ele contou que, após muita insistência, cadastrou o pedido de reembolso dos valores pagos, que não foram creditados na data acordada, razão pela qual se dirigiu várias vezes ao estabelecimento da empresa, em busca de informações, e disse que teria recebido dos funcionários informações vazias sobre o reembolso.

## Governador apresenta investimentos na Saúde durante seminário do Judiciário

PÁG. 4 (CT)

Karlos Gerony



O governador Flávio Dino e desembargadores do TJMA participam de evento promovido pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão

# Governador apresenta investimentos na Saúde durante seminário do Judiciário

A convite da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam), o governador Flávio Dino realizou a palestra de abertura do I Seminário de Políticas Públicas de Saúde, na noite de quarta-feira (2). No evento, que segue até hoje, tratando sobre a presença do Poder Judiciário no cotidiano da gestão de saúde, o governador apresentou como tem sido desenvolvidas as ações, programas e serviços na rede estadual de saúde, relatando avanços e desafios encontrados. Para Flávio Dino, este diálogo promovido pela esfera judiciária é fundamental para encontrar, de forma compartilhada, soluções para problemas historicamente enfrentados, em todo país, na prestação de serviços de saúde e melhorar ainda mais a oferta. “Num sistema democrático, o diálogo é fundamental. A Constituição determina a existência de três poderes, que são independentes, porém harmônicos,

buscando uma ação convergente presidida pelo interesse público e pela concretização dos direitos das pessoas. Na saúde, que é fundamental a todos, temos feito um esforço significativo e nosso objetivo é que o Judiciário acompanhe esse esforço e nos ajude para que possamos mobilizar cada vez mais recursos por maior eficiência”, pontuou. Ele apresentou a uma plateia de magistrados, procuradores de Justiça e promotores, defensores públicos e demais servidores da Justiça, como foi encontrada a prestação de serviço no Maranhão, ainda no início da gestão, cada passo dado para organizar a situação, os desafios que ainda precisam ser enfrentados e as principais ações do Governo na área, como entrega e manutenção dos hospitais macrorregionais, o suporte à saúde dos municípios com entrega de ambulâncias e repasses às Prefeituras, o programa pioneiro e de referência Ninar, de atendimento às crianças

com microcefalia, e, ainda, o trabalho preventivo e necessário da Força Estadual de Saúde. O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Cleones Carvalho Cunha, agradeceu a presença do governador e destacou a importância do diálogo para evitar a judicialização da saúde. “A saúde é um direito fundamental do cidadão, que o poder Executivo tem que garantir, seja nas esferas federal, estadual ou municipal. Quando o cidadão não recebe isso diretamente, recorre ao Judiciário e nós temos, então, a judicialização da saúde. Aqui nós vamos discutir meios tanto para atender a necessidade do cidadão, como também para verificar os custos do Estado para garantia desse direito”, pontuou o presidente, considerando importante o momento para que o Judiciário apresente o que considera fundamental sobre os serviços de saúde do Maranhão e do Brasil. O juiz titular da primeira Vara de

Interesses Coletivos e Difusos, Douglas de Melo Martins, acredita que o Seminário é oportuno para ajudar o Judiciário a encontrar melhores respostas a quem o procura para resolver pendências na saúde e destaca a relevância da participação do chefe do Executivo Estadual. “A presença do governador é importante porque representa o Governo vindo para essa discussão. Não é algo que o poder Judiciário precise resolver sozinho. É preciso que todos os pontos de vista sejam expostos e nós consigamos encontrar soluções que, de alguma maneira, respeitem as competências de cada um. Quando o governador comparece a um evento como este revela a sua vontade para que o problema seja resolvido”. Também esteve no Seminário o procurador geral do Estado, Rodrigo Maia, e o secretário de Estado de Políticas Públicas, Marcos Pacheco.